

A black and white photograph of three horses standing behind a barbed wire fence. The horses are looking towards the camera. The text is overlaid on the image.

Direitos animais: a abordagem abolicionista

apresenta

Animais como propriedade

Professor Gary L. Francione

São muito poucos os princípios morais
que quase todo mundo abraça.

Um desses princípios é que devemos tratar os animais “humanitariamente” e não lhes impor sofrimento “desnecessário”.

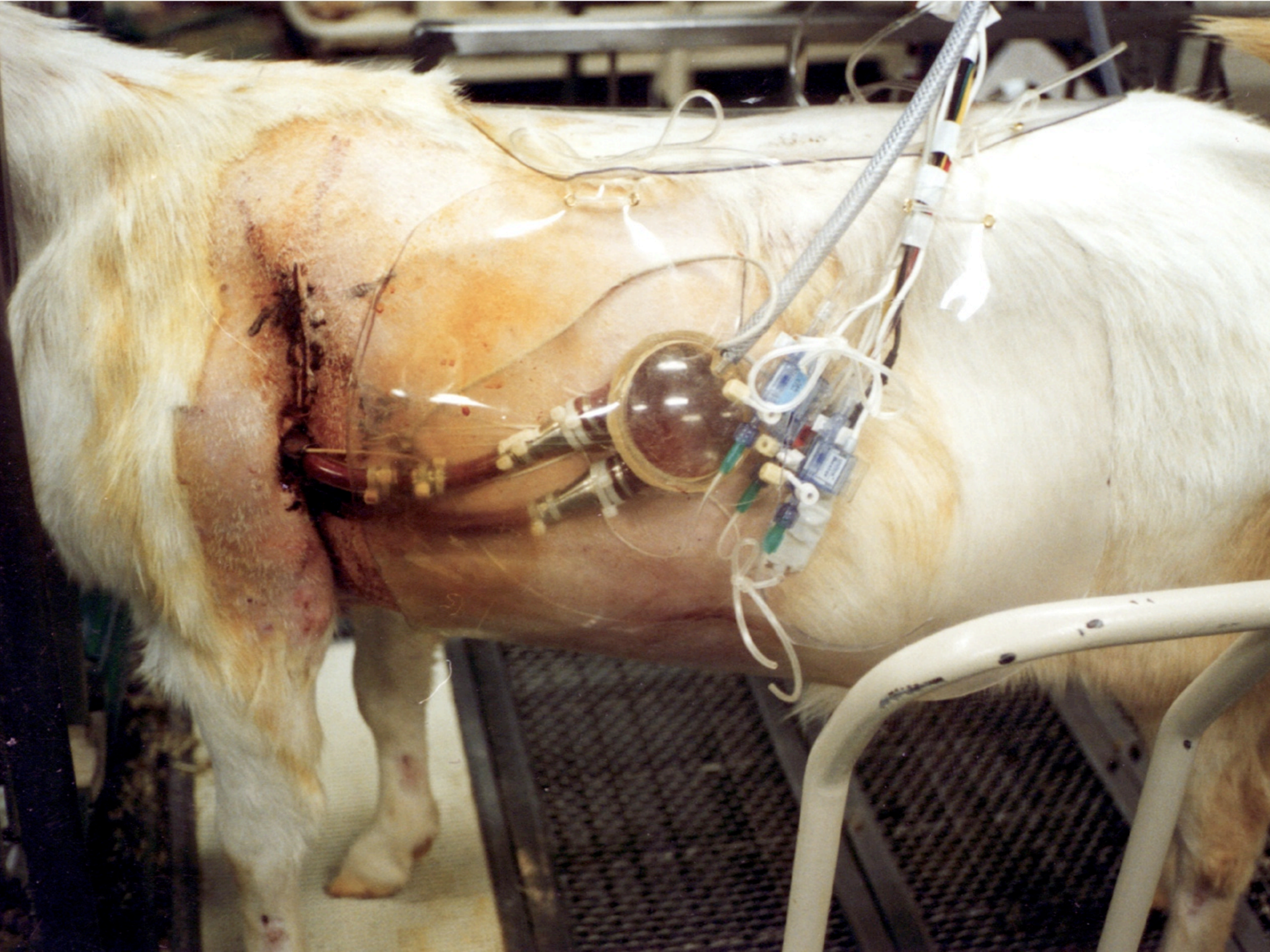


Esse princípio está tão entranhado na nossa cultura moral que os sistemas legais dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros países o incorporaram em leis conhecidas como “leis de bem-estar animal”.

Há dois tipos de leis de bem-estar animal:

As leis gerais de bem-estar animal, tais como os estatutos contra crueldades, pretendem proibir o tratamento cruel, sem fazer referência a um uso ou contexto em particular.

As leis específicas de bem-estar animal se aplicam a usos específicos, como o uso de não-humanos na pesquisa biomédica, ou a contextos específicos, como o abate de animais para comida.



Embora haja uma tendência a se acreditar que as leis de bem-estar animal oferecem uma proteção significativa aos animais, a realidade é que essas leis oferecem muito pouca ou nenhuma proteção.



352

352

232

232





As leis de bem-estar animal, com frequência, prevêm isenções explícitas, e nem se aplicam a muitos dos usos que fazemos dos animais.

Mas, mesmo que as leis sejam aplicáveis, elas proporcionam pouca—se é que alguma—proteção.

A razão desse fracasso é que os não-humanos são *propriedade* dos humanos.

Animais são *coisas* que possuímos e que têm apenas valor extrínseco, ou condicional, como meios para nossos fins.

Podemos, por uma questão de escolha pessoal, agregar mais valor aos nossos animais de companhia, como os cães e os gatos. Mas, no que diz respeito à lei, mesmo estes não-humanos não passam de mercadorias.



Em geral, não consideramos os animais como possuidores de valor intrínseco, e só protegemos seus interesses na medida em que isto for vantajoso para nós.

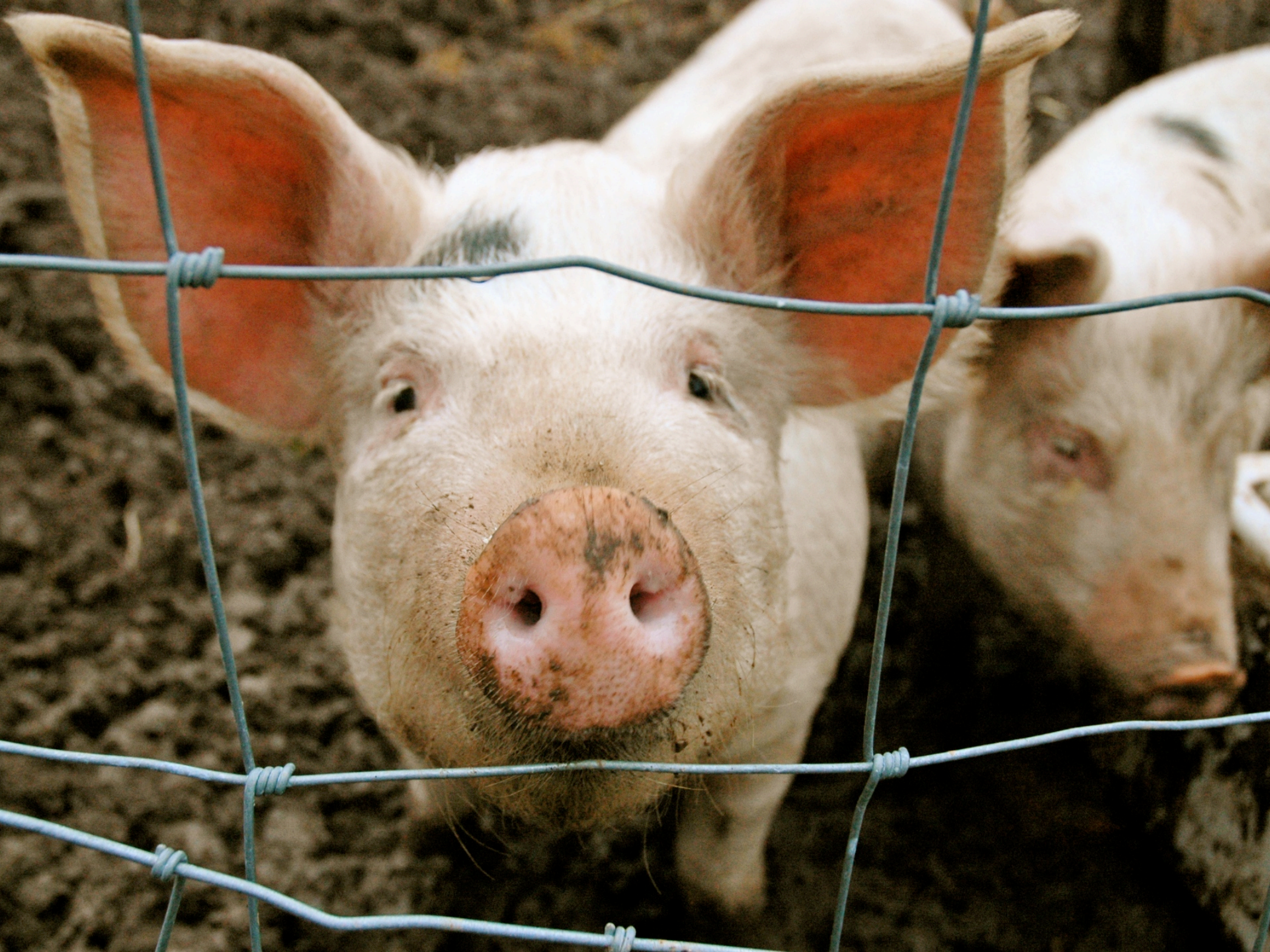
As leis de bem-estar animal supostamente exigem um “equilíbrio” entre os interesses concorrentes dos humanos e dos não-humanos.

Mas, como os animais são propriedade, não há como “equilibrar” esses interesses de fato.

Os interesses dos animais serão, quase sempre, encarados como menos importantes do que os interesses dos humanos, mesmo quando o interesse humano em jogo for relativamente fútil e o interesse animal em jogo envolver sua própria vida ou seu sofrimento.



O resultado de qualquer suposta conciliação de interesses de humanos e não-humanos, exigida pelas leis de bem-estar animal, é predeterminado pela condição de propriedade do não-humano como um “animal para alimento”, “animal para experimentação”, “animal para caça”, etc.







Essa impossibilidade de equilibrar os interesses concorrentes dos proprietários e de sua propriedade foi precisamente a razão pela qual a lei também não conseguiu proteger os interesses dos escravos.

Ao se tentar equilibrar os interesses conflitantes do escravo e do dono de escravos, era simplesmente impossível dar importância aos interesses do escravo.

T. GEOTE BRUCK.

TOBACCO

AUCTION & NEGRO SALES.

LAMP, PINE
E. OILS





Embora as leis de bem-estar animal supostamente proíbam infligir sofrimento “desnecessário”, nós não questionamos a necessidade de determinados usos que fazemos dos animais, mesmo que a maior parte do sofrimento que lhes impomos, por causa de tais usos, não possa ser caracterizada, de maneira sensata, como necessária.

Em vez disso, questionamos apenas se um determinado tratamento é necessário, dados os modos como queremos usar os animais. Mas não pomos em xeque a necessidade do uso em si.

Para determinar se um tratamento é necessário e, portanto, “humanitário”, examinamos os costumes e as práticas das várias instituições de exploração.

Presumimos que as pessoas envolvidas na atividade não infligiriam mais dor e sofrimento do que é preciso para o propósito em particular, porque seria irracional fazê-lo, assim como seria irracional, para o dono de um carro, amassar seu veículo sem nenhuma razão.



GALAXIE 500





Por exemplo, embora não seja necessário, aos humanos, comer carne ou laticínios, e embora tais alimentos possam ser prejudiciais à nossa saúde e ao meio ambiente, não questionamos a necessidade em si de usarmos animais para comida.

Perguntamos apenas se a dor e o sofrimento impostos aos animais usados para comida vão além do que se considera aceitável, conforme os costumes e práticas da criação de animais para consumo.

Dado que é habitual, para os fazendeiros, castrar ou marcar animais a ferro quente (duas atividades muito dolorosas), nós encaramos tais ações como “necessárias” porque supomos que os fazendeiros não mutilariam os animais sem motivo.



O resultado disso tudo é que o nível de cuidado exigido pelas leis de bem-estar animal raramente fica acima daquele que um proprietário racional proporcionaria ao animal para explorá-lo de uma forma economicamente eficaz.

Como os animais são propriedade,
consideramos “humanitário” um
tratamento que, se fosse dado a seres
humanos, consideraríamos tortura.



Poderíamos oferecer melhor proteção aos animais, mesmo mantendo-os como nossa propriedade?

Sem dúvida. Mas a condição de propriedade dos animais conspira violentamente contra isso. Qualquer melhora significativa no bem-estar animal custa dinheiro. Tem de ser algo que nós, como sociedade, estejamos dispostos a “comprar”.

E mesmo que tratássemos os não-humanos melhor, ainda teríamos de nos confrontar com uma questão moral fundamental:

Qual nossa justificativa moral para tratar os animais como propriedade, independentemente de quão humanitária seja a nossa forma de tratá-los?



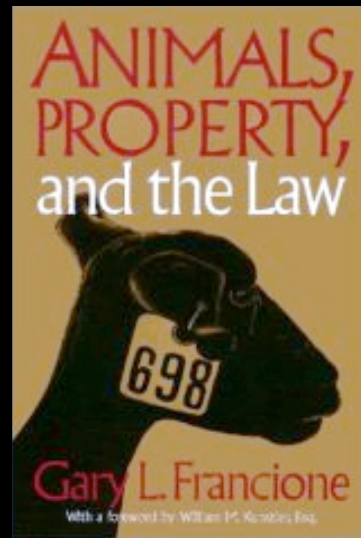
Por que pensamos que a escravidão humana—mesmo a escravidão “humanitária”—é uma coisa errada, mas que possuir e usar animais não-humanos é aceitável?

Não há nenhuma boa razão moral para continuarmos tratando os não-humanos como propriedade dos humanos.

Então, o que devemos fazer?

Devemos parar de tratar os animais como propriedade. Devemos *abolir*, em vez de simplesmente *regulamentar*, a exploração animal.

Esta apresentação foi baseada em:



Animals, Property, and the Law

Obs.: Esta exposição não pretendeu abordar por completo as idéias do professor Francione, e sim dar apenas uma breve introdução geral aos problemas apresentados pela condição de propriedade dos animais.

Para mais discussão sobre por que não devemos tratar os animais não-humanos como nossa propriedade, por favor veja nossa apresentação:

Teoria dos direitos animais

Para mais discussão sobre a distinção entre a abolição e a regulamentação da exploração animal, por favor veja nossa apresentação:

Direitos animais vs. bem-estar animal


Agradecemos à Humane Farming Association e a Gail Eisnitz por nos terem fornecido algumas das fotografias de matadouros e fazendas industriais usadas nesta apresentação.

*Copyright © 2006-2007 Gary L. Francione.
Todos direitos reservados.*

*Por favor, não use sem antes obter
permissão por escrito do autor.*

www.AbolitionistApproach.com

Version 1.0.1

A black and white photograph of three cows standing behind a barbed wire fence. The cows are looking towards the camera. The image is dark and has a somber tone. The text is overlaid on the image.

*Para mais discussão sobre estas e outras
questões relacionadas aos direitos
animais, por favor visite:*

www.AbolitionistApproach.com